



### O Ensino Médio Numa Perspectiva de Formação Profissionalizante

Ana Lúcia Bizerril de Brito<sup>1</sup>; Gilmar Antônio de Oliveira<sup>2</sup>; Angelita Silva de Almeida<sup>3</sup>;  
Maria da Conceição Pereira Ferreira Alves<sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar a formação profissionalizante integrada ao Ensino Médio. Em termos metodológicos, este estudo desenvolveu-se seguindo um caminho bibliográfico, descritivo e exploratório. Depois de reunida a bibliografia pertinente à temática e aos objetivos propostos, constatou-se que a busca pelo ensino profissionalizante é fomentada principalmente pela busca de uma melhor qualidade de vida, seja ela socialmente quanto economicamente, uma vez que, este tipo de formação, influi melhores oportunidades de emprego, além do desenvolvimento de habilidades específicas as quais influenciaram o desenvolvimento profissional, social, educacional e por consequência, econômico dos alunos.

**Palavras chaves:** Ensino, Formação, Habilidades, Social

### Middle School in a Vocational Perspective

**Abstract:** This article aims to analyze the vocational training integrated to High School. In methodological terms, this study was developed following a bibliographic, descriptive and exploratory path. After gathering the bibliography pertinent to the theme and the proposed objectives, it was verified that the search for vocational education is fostered mainly by the search for a better quality of life, be it socially or economically, since, this type of formation, influences better job opportunities, and the development of specific skills that have influenced the professional, social, educational and consequently economic development of students.

**Keywords:** Education, Training, Skills, Social

### Introdução

O princípio da Educação Profissional no Brasil é remetida aos tempos da colonização europeia, no entanto, foi o período conhecido como Era Vargas, considerado como um marco dos primórdios do capitalismo industrial no Brasil, que se notou que o Estado passou a estabelecer ações concretas voltadas para a educação técnica no país, com o propósito de atender aos propósitos industriais do capital.

<sup>1</sup>Doutoranda em Ciências da Educação. Atenas College University. E-mail:anabizerril@ibest.com.br;

<sup>2</sup>Doutorando em Ciências da Educação. Atenas College University. E-mail:diveira50@gmail.com;

<sup>3</sup>Doutoranda em Ciências da Educação. Atenas College University. E-mail:silvaangelita@hotmail.com

<sup>4</sup>Doutoranda em Ciências da Educação. Atenas College University. E-mail:mcarmina@hotmail.com

A partir da década de 1990 com o surgimento de uma política neoliberalista no Brasil, reformas estruturais na política e na economia, assim como também no âmbito social aconteceram e, foi a partir desta década então que o Estado voltou sua atenção com mais energia para a qualificação profissional por meio da educação.

Com isso, entende-se que o Ensino Profissionalizante foi idealizado no Brasil desde a colonização para atender aos propósitos do capitalismo, sendo posteriormente integrado ao ensino médio, qualificando o indivíduo para atuar no mercado de trabalho, objetivo claro e específico do sistema econômico contemporâneo capitalista.

Com base no exposto, o objetivo geral deste estudo concentra-se em analisar a formação profissionalizante integrada ao Ensino Médio. Para que este objetivo fosse cumprido, estabeleceu-se, em termos metodológicos, um estudo bibliográfico exploratório e descritivo.

No contexto deste estudo, destaca-se que este justifica-se pela importância que a qualificação profissional tem para as vertentes sociais, econômicas e educacionais, além de considerar que este estudo poderá subsidiar diagnoses futuras que sejam mais abrangentes, a fim de trazer para o meio acadêmico o entendimento acerca da educação profissional no Brasil e como ela se materializa de forma integrada ao ensino médio.

## **A Educação Profissional no Brasil: Dos primórdios à contemporaneidade**

A Educação Profissional é vigente no Brasil, desde os tempos da colonização europeia, e principalmente no período tido como República Velha<sup>5</sup> quando o modelo econômico capitalista passou a ser predominante no país, com o propósito de qualificar os profissionais atuantes nos ramos econômicos, viabilizando assim a ascensão econômica e servindo aos propósitos de Portugal. Isto é, desde seu primórdio a Educação Profissional serviu aos propósitos do sistema capitalista.

Foi na chamada “Era Vargas”<sup>6</sup> que a economia brasileira passou a ser voltada à industrialização, e com isso o papel do Estado foi de fomentar o desenvolvimento econômico, usando para isso a educação, que passou então assumir um papel de grande importância nesse

---

<sup>5</sup> Período compreendido entre 1889 e 1930.

<sup>6</sup> Período compreendido entre 1889 e 1930.

processo de ascensão econômica, servindo novamente como ferramenta dos propósitos capitalistas.

Cunha (2000) contribui escrevendo que foi com a Era Vargas que se passou a consolidar uma perspectiva da necessidade de um ensino técnico - industrial no Brasil para atender aos propósitos de desenvolvimento do capital.

Assim durante o governo Vargas, mais precisamente em 1930 quando se criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e neste se constituiu a Inspetoria Profissional Técnico para supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices e, com a promulgação da Constituição de 1937, foi que o Brasil passou a criar e especializar escolas industriais e a desenvolver aparato legal para a Educação Profissional. O artigo 129º da Constituição de 1937 faz referência ao ensino profissionalizante preconizando o ensino profissional.

Ainda no ano de 1937 o governo Vargas promulgou a Lei nº378, que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices e a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz em Liceus Profissionais.

De acordo com Azevedo; Shiroma; Coan (2012, p.28) a transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais tinha por objetivo “[...] irradiar no país o ensino profissional em todos os ramos e graus”.

Assim a partir do governo Vargas o Brasil passou a estabelecer novas condições para a educação profissional, condições essas que se perpetuaram durante o governo Dutra, pelo qual, de acordo com Rodrigues (2007), criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e foram instituídas as Leis Orgânicas do Ensino.

Durante o governo Dutra, no ano de 1946 foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comercio (SESC) que juntos com o SENAI e com as Leis Orgânicas do Ensino formaram neste período uma ação política pedagógica motivada pela burguesia industrial brasileira que pretendia a qualificação da força de trabalho sob a orientação das necessidades da industrialização (CNI, 2013).

A educação profissional incorporada ao ensino médio e preconizada inicialmente pelas Leis Orgânicas do Ensino passou então a ser estabelecida pelo Decreto – Lei n. 47.038 instituído durante o governo Kubitschek. Isso corrobora com as afirmações de Azevedo; Shiroma; Coan (2012, p.29) os quais grafam que foi por meio desse Decreto –Lei que passou-se a incorporar e regulamentar o ensino industrial como um ramo do ensino médio.

Durante o período ditatorial brasileiro, aconteceram mais ações com o objetivo de instituir o ensino profissionalizante âmbito nacional, servindo sempre aos propósitos capitalistas. Em 1963 um importante acontecimento marcou a instituição do ensino profissionalizante: a criação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO)<sup>7</sup> sob o propósito de ajudar e estimular o desenvolvimento nacional.

Para Barradas (1986) este programa visava à realização de cursos profissionalizantes para trabalhadores pouco escolarizados, com o propósito de encaminhá-los para o emprego.

Foi também no período ditatorial brasileiro que se promulgou a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1971<sup>8</sup>, que passou a tornar de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Também foram criados os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), os quais tinham o intento de “organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Produção”, com o objetivo de formar auxiliares e técnicos de nível médio, e também, em nível superior de graduação e pós, visando formar engenheiros industriais, tecnólogos e professores para trabalhar no nível médio e tecnológico ((BRASIL, 1971; AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p.29).

Com o fim da ditadura militar iniciou-se no Brasil o período conhecido com Nova República<sup>9</sup>, período este caracterizado pela ampla democratização política do Brasil e sua estabilização econômica e, com o fim do período ditatorial as estratégias em se instituir centros de ensino profissionalizante mantiveram-se, sempre com o propósito de nutrir o caráter instrumental dessa modalidade de ensino, para o atendimento das necessidades da industrialização no país (GIORGI; ALMEIDA, 2014).

Foi na Nova República que se promulgou no país a Constituição Federal de 1988, conhecida com a Constituição Cidadã uma vez que trouxe em seu texto a garantia de direitos sociais para a população brasileira. Na década de 1990<sup>10</sup>, o Estado passou, de acordo com

---

<sup>7</sup> O Programa Intensivo de Preparação de Mão – de – Obra (PIPMO) foi o braço do Estado na execução das políticas de formação profissional para os segmentos da economia onde se fazia necessário mão-de-obra semiquificada e adestrada; e também em apoio a quase todas as políticas de governo que se relacionassem com treinamento, remanejamento, agenciamento de mão-de obra, além de controle e repressão. (BARRADAS, 1986).

<sup>8</sup> A lei 5692/71 tinha como principal preocupação a profissionalização. Seu objetivo era dar ao nível médio, uma terminalidade profissional, de modo a atenuar as pressões exercidas pelos estudantes que não conseguiam ser aprovados nos vestibulares. Os que precisassem trabalhar abandonariam as escolas ao concluir o secundário, já que possuíam uma especialização e poderiam enfrentar o mercado de trabalho. Anos mais tarde virá a Lei 7044, de 18 de outubro de 1982, alterando substancialmente dispositivos da lei 5692/71 (RIBEIRO, 1993)

<sup>9</sup> Teve início no ano de 1985 com o fim do período ditatorial.

<sup>10</sup> Os anos 90 devem significar a época da transformação produtiva, de mudanças qualitativas para alcançar competitividade no mercado mundial. Daí a importância atribuída a educação que deve estar estreita vinculação com o mundo do trabalho, da produção. Mais uma vez é necessário eliminar a pobreza, sem o que não é possível. o. desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1997, p. 83).

Oliveira (2013) a equacionar seus problemas e otimizar seus recursos. Foi nesse contexto que passou a vigorar no país uma política de cunho neoliberal, caracterizada pela busca de reformas na estrutura das políticas sociais, reformas estas que provocaram um demonstrar no Estado de Bem – Estar<sup>11</sup>.

Foi também a partir da década de 1990 que o Estado passou a se preocupar com a escolaridade e qualificação profissional da classe trabalhadora, claro com o objetivo de servir aos propósitos do capitalismo, e surgiram com os anos 1990 alterações legais no ensino médio profissionalizante, o que gerou debates e culminou na aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases, a Lei nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996).

De acordo com a LDB de 1996, manteve-se preconizado no seu artigo 36, inciso 2, que o ensino médio servirá de base para preparar o educando para o exercício de profissões técnicas (BRASIL, 1996). Assim a LDB de 1996 traz em seu texto a possibilidade de se articular o ensino médio com a formação profissional reafirmando o que foi preconizado pelas Leis Orgânicas do Ensino e pelo Decreto – Lei n. 47.038 de 1959, e negando distinção explícita criada pela Lei 7.044 de 1982 a qual desvinculou a obrigatoriedade da profissionalização ao 2º grau.

Acerca das novas alterações dispostas pela LDB de 1996 para a educação profissional vinculada ao ensino, Carneiro (2002, p.111) escreve que “[...] a habilitação profissional [...] poderá ser feita ou na escola ou em instituições especializadas do tipo: escolas técnicas, centros de formação profissional e empresas [...]”.

Após a promulgação da LDB de 1996, no ano seguinte, por meio do Decreto nº 2.208<sup>1213</sup> estabeleceu-se o ensino profissionalizante em três níveis, são eles, a saber: o nível básico; o técnico; e o tecnológico. Por meio deste decreto regulamentou-se o inciso 2 dos artigos 39, 40, 41 e 42 da LDB de 1996, reafirmando a articulação da educação profissional com as modalidades de ensino regular, podendo ser esta independente do ensino médio, isto é, a educação profissional passou a ter a possibilidade de ser ofertada de forma concomitante ou

---

<sup>11</sup> Acerca disso Salvador (2010) escreve que o que se observa então sobre o orçamento das políticas sociais é uma estagnação da alocação de recursos para essas políticas, e este pouco investimento resulta em péssima qualidade dos serviços e ações destas políticas, além de uma grande dificuldade em garantir a universalidade dos direitos.

<sup>12</sup> O Decreto nº 2.208/1997 regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

<sup>13</sup> No ano de 1997, essas disposições foram regulamentadas pelo Decreto nº 2.208, que adicionalmente definiu os níveis da educação profissional: básico, destinado a trabalhadores jovens e adultos, independente de escolaridade, com o objetivo de qualificar e requalificar; um segundo nível, o técnico, para alunos jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio; e o terceiro, nível tecnológico, que dá formação superior, tanto graduação como pós-graduação, a jovens e adultos.

de forma sequencial ao ensino médio e, considerando os seguintes objetivos da educação profissional (BRASIL, 1997).

Assim, por meio do Decreto nº 2.208 de 1997 prescreveu-se que o ensino profissionalizante é uma modalidade de educação que permite a articulação entre a escola e o mundo do trabalho; qualificando, requalificando e reprofissionalizando trabalhadores e habilitando assim este trabalhador para o exercício de profissões.

Em 2004 surge uma nova regulamentação para o ensino profissionalizante, o Decreto nº 5.154, pelo qual volta-se a oferecer a educação profissional e o ensino médio de forma integrada, utilizando a mesma infraestrutura, no mesmo turno e/ou escola e com os mesmos professores. Conforme o Decreto de nº 5.154/04 os cursos técnicos passam a ter três formas: integrada, concomitante ou subsequente (BRASIL, 2004a).

No mesmo ano, em 2004 surge Parecer CNE/CEB nº 39 que torna aplicável o Decreto nº 5.154/2004 e que atualiza as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio, reafirmando a articulação entre o ensino profissionalizante e o ensino médio (BRASIL, 2004 b)

No ano de 2006 foi publicado o Parecer CNE/CES nº 277 pelo qual se estabeleceu a nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação encaminhado pelo MEC com o propósito de ajustar esse tipo de educação ao acelerado e progressivo progresso científico e tecnológico no país, estabelecendo desta forma conteúdos e eixos compatíveis à medida que as tecnologias evoluem no país (BRASIL, 2006).

## **O Ensino Médio Profissionalizante e seu papel no mundo Contemporâneo.**

Têm-se a ciência de que a escola, enquanto promotora de aprendizagem, também pode promover e permitir que a formação profissionalizante aconteça. Por meio de cursos profissionalizantes integrados ao Ensino Médio, além da aprendizagem, as escolas promovem uma formação técnica que prepara os alunos para o mercado de trabalho.

Paro (1998, p.105) complementa sobre a escola enquanto instituição promotora de aprendizagem ao escrever que “Entre essas instituições, destaca-se a escola, cuja especificidade é precisamente de transmissão do saber de forma sistemática e organizada”.

Nesse contexto, a escola enquanto promotora e transmissora da aprendizagem e, por meio do ensino profissionalizante, atua como um protagonista social<sup>14</sup> na vida de seus alunos dispondo a estes ferramentas técnicas e científicas para que suas perspectivas econômicas sejam supridas.

E para atender as demandas da sociedade industrial contemporânea é delegada à escola, por meio de cursos técnicos integrados ao ensino médio, a função de estimular, preparar e incorporar o aluno para o mercado de trabalho. E note, função está não oriunda da atualidade, mas sim de um contexto histórico que nos remete à década de 1930, quando falamos do ensino profissionalizante no Brasil.

Gómez (1988, p.15) auxilia para uma melhor apreensão quando escreve a escola, por meio de um ensino profissionalizante integrado prepara o aluno,

[...] para que se incorpore à vida adulta e pública, de modo que se possa manter a dinâmica e o equilíbrio nas instituições, bem como as normas de convivência que compõem o tecido social da comunidade humana. (GÓMEZ, 1988, p. 15).

A LDB de 1996 em seu artigo 35º fixa que deve-se integrar numa mesma e única modalidade a fim de oferecer, de forma articulada, uma educação completa. Isso refere-se ao ensino técnico, já que sua finalidade é voltada à preparação do aluno para sua integração no mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo contemporâneo.

Gandin; Gandin (1999, p. 64) entende que a escola com um ensino integrado técnico é responsável por “munir” os alunos com armas modernas, ou seja, com um conhecimento técnico para que estes estejam preparados para competirem por igual em um mercado de trabalho cada vez mais disputado, competente e exigente.

Partindo da premissa de que a competência exigida pelo mercado de trabalho contemporâneo é pautada no conhecimento, escolas com um ensino médio técnico preparam seus alunos enfatizando, promovendo e estimulando habilidades técnicas. É importante aqui apontarmos que as especializações estimuladas e promovidas pelo Ensino Médio Técnico não

---

<sup>14</sup> “No dia-a-dia do ambiente escolar convive-se com a dupla tarefa de proporcionar aos jovens situações de ensino aprendizagem com o objetivo de possibilitar uma formação cultural e científica mais ampla aos alunos do Ensino Médio [...]” (GÓMEZ, 1998, p. 13)

pode comprometer a formação geral, permitindo que o aluno escolha e exerça qualquer tipo de atividade, seja ela técnica, seja ela acadêmica (SCARPARI, 2003).

Sobre tornar a educação profissional tecnológica, Frigotto; Ciavatta (2004) consideram que foco contemporâneo da educação profissionalizante está voltada para a educação tecnológica o que parece ser uma boa alternativa para os autores, pois estes consideram que uma educação politécnica, a qual combine trabalho, ciência e cultura com fundamentos científico – tecnológicos e histórico – sociais, é a melhor alternativa de preparação técnica para os alunos no ensino médio.

Portando com base no que afirma a LDB de 1996 sobre ser o desenvolvimento da habilitação profissional no ensino médio uma possibilidade legalmente respaldada e necessária aos jovens brasileiros, devendo-se assegurar a formação geral, consoante as finalidades dispostas no art. 35 e aos princípios curriculares a que se refere o art. 36, pode-se concluir que o Ensino Médio Técnico na contemporaneidade vêm se moldando às necessidades por meio de uma proposta de ensino politécnico e que tem um papel de grande ressalva: o de contribuir para a transformação social, uma vez que sendo um instrumento de aprendizagem profissionalizante necessário, ajudará na transformação social dos alunos, e por isso de acordo com Frigotto; Ciavatta (2004) é cada vez mais cursado por alunos do ensino médio que buscam mudanças positivas da sua perspectiva social.

Compreende-se que existem inúmeras propostas de aprimoramento do ensino médio integrado ao ensino técnico em curso no país, e estas tem o claro objetivo de promover a transformação social do sujeito por meio de um ensino especializado e profissionalizante, objetivos estes que permeiam na intenção de eliminação dos processos de exclusão social e de promover transformações ao que diz respeito também à relação econômica que o sujeito tem com o contexto em que está inserido, como também atender às necessidades da ideologia capitalista de produção.

## **Procedimentos Metodológicos**

Em termos metodológicos, esclarece-se que este estudo se desenvolveu por meio de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório, seguindo um método de abordagem qualitativo para análise do conteúdo recolhido por meio de uma revisão bibliográfica, pela



qual pode-se reunir informações pertinentes os quais auxiliaram para o cumprimento do objetivo proposto.

Quanto ao método de abordagem da pesquisa, está seguiu um método dedutivo a partir da premissa de que a formação profissionalizante integrada ao Ensino Médio influencia positivamente o sujeito. Optou-se por este método visto a veracidade dos fatos acerca dos impactos positivos resultantes deste tipo de educação, necessitando apenas que essa seja exposta e confirmada por meio de conteúdo compilado de bibliografias que tratem sobre a temática

### **Considerações Finais**

Tendo a ciência de que a educação profissionalizante no Brasil é, desde a colonização brasileira, uma ferramenta idealizada para servir aos propósitos do sistema econômico capitalista, analisar como se materializa esta educação no âmbito do Ensino Médio é uma forma de compreender as perspectivas e os benefícios que a educação profissionalizante produz na vida dos alunos.

Por meio deste estudo bibliográfico conseguiu-se cumprir com o objetivo proposto. Ressalta-se que não houveram limitações para o desenvolvimento desta pesquisa, visto que a literatura sobre o assunto é bastante vasta.

Por fim, compreendeu-se que aprimorar o Ensino Médio profissionalizante na conjuntura contemporânea é uma tarefa que deve sim ser realizada constantemente, pois conseguiu-se, por meio deste estudo, confirmar que o Ensino Médio profissionalizante é fomentador de melhor qualidade de vida, mesmo que atendendo direta e indiretamente os propósitos do ideário capitalista, sendo este então o argumento necessário para se legitimar sua importância visto as transformações sociais, econômicas, culturais e política que promove em uma sociedade.

Por fim, recomenda-se que sejam feitas mais análises, de forma mais abrangente e para que se possa entender em uma maior dimensão, o que motiva a escolha por cursos profissionalizantes.

## Referências

AZEVEDO, A, L; SHIROMA, E, O; COAN, M. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: sucessivas reformas para atendem a quem? **Boletim Técnico do SENAC – A Revista da Educação Profissional**. Rio de Janeiro, v. 38, n°2, maio/agosto 2012.

BARRADAS, Anésia Maria da Silva. "**Fábrica PIPMO**": **Uma discussão sobre política de treinamento de mão-de-obra no período 1963-82**. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Estudos Avançados em Educação/Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1986.

BRASIL. **Lei 5.682, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino do 1° e 2° graus.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937**.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. 1988.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004 a**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **SENAI é referência mundial em educação profissional**. São Paulo, 05 de abril 2013.

CARNEIRO, M, A. **LDB fácil: leitura crítico – compreensiva: artigo a artigo**. 8 ed, Petrópolis, RJ, 2002.

CUNHA, Luiz A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo. Ed. UNESP, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC/ SEMTEC, 2004.

GANDIN, Danili; GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto políticopedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GÓMEZ, A. I. Pérez. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. **In: SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino**. 4ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

GIORGI, Maria Cristina; ALMEIDA, Fábio Sampaio de. Ensino profissional no Brasil: diálogos com a Ditadura Militar. **Revista OPISIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 262-281 - jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, R; OLIVEIRA M de; MAIO, E, R. EDUCAÇÃO ESCOLAR: uma necessidade a partir das mudanças nas relações de trabalho. **In: XI HISTEDBR**, 2013.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 3ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 1998.

RODRIGUES, José. FORMAR HOMENS QUE O BRASIL NECESSITA, EIS A TAREFA DA EDUCAÇÃO: o pensamento pedagógico empresarial na Era Vargas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.26, p.160 –182 jun. 2007.

SCARPARI, D de O. **A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: O Ensino Médio deve formar para a vida ou para o mercado de trabalho?**. Monografia apresentada à Diretoria de Pós-graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, para a obtenção do título de especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior. 2003, 53f.

**Como citar este artigo (Formato ABNT):**

BRITO, Ana Lúcia Bizerril de; OLIVEIRA, Gilmar Antônio de; ALMEIDA, Angelita Silva de; ALVES, Maria da Conceição Pereira Ferreira. O Ensino Médio Numa Perspectiva de Formação Profissionalizante. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2019, vol.13, n.46, p. 477-487. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 29/06/2019;

Aceito: 02/07/2019.